

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 30 de março de 2016.

Edição nº 1871

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Atos normativos.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal.....2

Súmulas de contratos.....2

Editais.....3

Concursos Públicos.....4

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....5



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 30 de março de 2016.

www.mprs.mp.br

Edição nº 1871

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PROVIMENTO N.º 06/2016

Declara hóspede oficial do Estado e dá outras providências.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PAULO EMILIO J. BARBOSA, EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 109, inciso I, da Constituição do Estado e o artigo 4º, § 5º, da Lei Estadual nº 7.669, de 17 de junho de 1982,

RESOLVE editar o seguinte Provimento:

Art. 1º É declarada hóspede oficial do Estado, no período de 07 a 08 de abril de 2016, a Sra. Michele Casser Csordas, Educadora Física, do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, que realizará a Capacitação com profissionais da Entidade de Acolhimento Casa Lar Esperança, localizada no município de São Gabriel/RS, na qualidade de palestrante.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução do presente Provimento dizem respeito à hospedagem e alimentação, e correrão à conta das dotações orçamentárias do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

Art. 3º Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de março de 2016.

PAULO EMILIO J. BARBOSA,

Procurador-Geral de Justiça, em exercício.

Registre-se e publique-se.

KARIN SOHNE GENZ,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM N.º 095/2016

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

CONSIDERAR

- habilitado para tomar posse, a contar de 21/03/2016, no cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe "R", MATEUS MINUZZI FREIRE DA FONTOURA GOMES, tendo entrado em exercício em 29/03/2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 30 de março de 2016.

ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI,

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO CO.32279

CONTRATADA: EDITORA PLENUM LTDA.; **OBJETO:** assinatura e aquisição da Revista Internacional de Direito Ambiental; **VALOR TOTAL:** R\$ 1.900,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3903; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 28 de março de 2016, pela Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dra. Ana Cristina Cusin Petrucci.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de março de 2016.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO CO.32278

CONTRATADA: SENAC – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL; **OBJETO:** Contratação do Curso de Atendimento ao Público para os servidores do Ministério Público, ministrado para duas turmas com 22 participantes cada, sendo a primeira em 06 de junho de 2016 e a segunda em 10 de outubro de 2016; **VALOR TOTAL:** R\$ 3.451,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3935; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 24, inciso XIII, da Lei Federal nº 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 28 de março de 2016, pela Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dra. Ana Cristina Cusin Petrucci.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de março de 2016.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO CO.32320

CONTRATADA: JMS & CIA LTDA.; **OBJETO:** contratação de aulas, a serem ministradas pela Dra. Jaqueline Mielke Silva, com carga horária total de 7 horas e 30 minutos, sobre as temáticas (1) Sentença, (2) Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e (3) Recursos no Novo Código de Processo Civil, referentes aos projetos educacionais (1) Fundamentos do Novo Código de Processo Civil e o (2) Ciclo de Palestras sobre a Atividade Processual Civil do Ministério



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 30 de março de 2016.

www.mprs.mp.br

Edição nº 1871

Público no Segundo Grau; **VALOR TOTAL:** R\$ 2.000,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3935; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, inciso II e § 1º, c/c o art. 13, inciso VI, ambos da Lei Federal nº 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 28 de março de 2016, pela Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dra. Ana Cristina Cusin Petrucci.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de março de 2016.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PROCESSO Nº 476-09.00/16-0

CONTRATADA: PLETSCH E RIZZON LTDA; **OBJETO:** a prestação de serviço de monitoramento de alarme 24 horas, com pronta resposta, mediante agente técnico de vistoria, com fornecimento e instalação de equipamentos, em comodato, para o prédio sede da Promotoria de Justiça de Canoas, localizada na Rua Lenine Nequete, n.º 200:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	MONITORAMENTO REMOTO DE SISTEMA DE ALARME (EQUIPAMENTO EM COMODATO), COM PRONTA RESPOSTA, MEDIANTE AGENTE TÉCNICO DE VISTORIA	12 MESES	R\$ 270,00	R\$ 3.240,00
2	ATENDIMENTO DE CHAMADO	120	R\$ 3,70	R\$ 444,00

VIGÊNCIA: 12 meses; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3989; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Federais n.º 8.666/1993 e n.º 10.520/2002, Leis Estaduais n.º 11.389/1999 e n.º 13.191/2009 e nos Provimentos PGJ nº 54/2002, n.º 47/2005 e n.º 33/2008;

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de março de 2016.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DO 4º TERMO ADITIVO AO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PROCESSO N.º 484-09.00/12-3
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 09/2012

CONTRATADA: QUIMITEC- QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA.; **OBJETO:** prorrogação da vigência do Contrato de Prestação de Serviços – AJDG n.º 38/2012, por 12 meses, a contar de 30 de abril de 2016; alteração da gestão e a fiscalização do contrato; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de março de 2016.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

EDITAL N.º 053/2016
REMOÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI, faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (http://intra.mp.rs.gov.br/site/editais_remocao/), a divulgação do local em que será oferecida vaga para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça. Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 30 de março de 2016.

ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI,
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL N.º 054/2016
REMOÇÃO DE ASSESSOR
BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI, faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (http://intra.mp.rs.gov.br/site/editais_remocao/), a divulgação dos locais em que serão oferecidas vagas para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 30 de março de 2016.

ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI,
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.



Diário eletrônico do

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 30 de março de 2016.

www.mprs.mp.br

Edição nº 1871

MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
XLVII CONCURSO PARA INGRESSO À CARREIRA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EDITAL Nº 050/2016

RESULTADO DEFINITIVO DAS PROVAS DE TRIBUNA

CONVOCAÇÃO PARA A PROVA DE TÍTULOS

TORNO PÚBLICO que a Comissão de Concurso, dando continuidade ao XLVII Concurso para Ingresso à Carreira do Ministério Público, Edital nº 376/2014, publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul em 18 de agosto de 2014, **RESOLVE**:

- I. **COMUNICAR** que não houve interposição de pedidos de reconsideração quanto ao resultado provisório da Prova de Tribuna divulgado no Edital nº 040/2016.
- II. **TORNAR** definitivo o resultado da Prova de Tribuna divulgado no Edital nº 040/2016, publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público no dia 17 de março de 2016.
- III. **DIVULGAR** a nominata dos candidatos aptos a seguir no concurso, nos termos do item 5 do Capítulo XIII do Edital nº 376/2014:

NOME	INSCR.
AMANDA GIOVANAZ	53235
ANAHI GRACIA DE BARRETO	59022
BARBARA PINTO E SILVA	53824
CLAUDIA LUCIA BONETTI	55087
DIOGO GOMES TABORDA	52982
DIOGO HENDGES	53907
DOUGLAS DELLAZARI	58245
FERNANDO FREITAS CONSUL	53363
GUILHERME SANTOS ROSA LOPES	55090
ISABEL DA COSTA FRANCO SANTOS	53994
JOÃO MARCOS DE PAULA ALVES	57844
LUCAS OLIVEIRA MACHADO	53067
MARCÉLI DA SILVA SERAFIM PREIS	53010
MICHELE TAÍS DUMKE KUFNER	55677
RAFAEL DE LIMA RICCARDI	54225
RAFAEL MARINELLO	56384
RAPHAEL GUIMARÃES DOS SANTOS	56170
RODRIGO MENDONÇA PINTO DOS SANTOS	54047

- IV. **RETIFICAR** o item 5 do Capítulo XIV do Edital nº 376/2014, publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul em 18 de agosto de 2014, passando a constar a seguinte redação:
"5. Não são cumuláveis, entre si, os títulos arrolados nos subitens 3.1.2, 3.1.3, 3.1.4 e 3.1.5 do item 3.1, e os arrolados no item 3.3. Considerar-se-á, nestes casos, somente o título de maior graduação."



Diário eletrônico do Ministério Público Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 30 de março de 2016.

www.mprs.mp.br

Edição nº 1871

- V. **CONVOCAR** os candidatos aprovados para a entrega dos títulos relacionados no Capítulo XIV do Edital nº 376/2014, nas seguintes condições:
- a) **Data:** Nos dias úteis, entre 18 e 22 de abril de 2016.
 - b) **Horário:** Das 9 às 17 horas.
 - c) **Local:** Unidade de Concursos, localizada na Rua General Andrade Neves, nº 106, 14º andar, bairro Centro, Porto Alegre/RS;
 - d) Os documentos comprobatórios dos títulos deverão ser entregues acompanhados da "Relação de Documentos para a Prova de Títulos" (ver modelo Anexo II do Edital nº 376/2014) que deverá ser apresentada, digitada ou datilografada, em duas vias.
 - e) Os títulos poderão ser apresentados das seguintes formas:
 - e.1) Documentos originais, acompanhados por cópia simples, sendo que após a conferência serão devolvidos ao candidato;
 - e.2) Cópias autenticadas, não havendo a necessidade de apresentação de documentos originais.
 - f) Caso os títulos sejam entregues por procurador, deverá acompanhar mandato (sem necessidade de firma reconhecida) contendo poderes e finalidade específicos e cópia reprográfica do documento de identidade do procurador e do candidato;

VI. **TORNAR PÚBLICO**, ainda, a abertura de prazo de 5 (cinco) dias para impugnação do conteúdo do presente edital.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de março de 2016.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Promotor de Justiça,
Secretário da Comissão do Concurso.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N.º 51/2016

O COORDENADOR DO CAO CÍVEL E DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00717.00023/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Arvorezinha por Graziela Da Rocha Vaughan Veleda - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Arvorezinha com a finalidade de apontamentos sobre irregularidades e descumprimento de interdição no hospital São João de Arvorezinha Investigado não informado. Local do Fato: Arvorezinha.

IC 00852.00025/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Rio Grande por José Alexandre Da Silva Zachia Alan - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Rio Grande com a finalidade de AVERIGUAR POSSÍVEL PREJUÍZO AO ERÁRIO ESTADUAL NO TOCANTE AO RECEBIMENTO DE VALORES DEFASADOS POR ARRENDAMENTO DA ÁREA ONDE SE LOCALIZA A BRASKEM Investigados: Braskem S/A e Município Do Rio Grande. Local do Fato: Rio Grande.

IC 01203.00004/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada Criminal De Porto Alegre - Combate Aos Crimes Licitatórios por Maria Lúcia Kurtz Amantino Rodrigues Da Silva Algarve - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada Criminal De Porto Alegre com a finalidade de Apurar possíveis irregularidades em certames licitatórios, com o favorecimento de empresa que se logrou vencedora em dissonância com o edital e com a legislação Investigado: Companhia Estadual De Energia Elétrica - Ceee. Local do Fato: Porto Alegre.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 29 de Março de 2016.

JOSÉ FRANCISCO SEABRA MENDES JÚNIOR,
Coordenador do Cao Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo,

FABIANO DALLAZEN,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

O COORDENADOR DO CAO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis,



Diário eletrônico do Ministério Público Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 30 de março de 2016.

www.mprs.mp.br

Edição nº 1871

conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00712.00004/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Alegrete por Bianca D'Alessandro Kosciuk - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Alegrete com a finalidade de apurar a ausência de transporte para os alunos da APAE, durante o período de fechamento da Ponte Borges de Medeiros.

Investigados: Município De Alegrete e Secretaria Municipal De Educação E Cultura De Alegrete.

Local do Fato: Alegrete.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 29 de Março de 2016.

MARIA REGINA FAY DE AZAMBUJA,

Coordenadora do Cao da Infância e da Juventude.

De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

O COORDENADOR DO CAO DE DEFESA DO CONSUMIDOR científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00832.00070/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Defesa Do Consumidor De Porto Alegre por Rossano Biazus - 3º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Defesa Do Consumidor De Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual informação contraditória em rótulo de alimento (presença de glúten).

Investigado: Mosmann Alimentos Ltda.

Local do Fato: Porto Alegre.

IC 00912.00004/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Taquari por Francisco Saldanha Lauenstein - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Taquari com a finalidade de investigar a produção irregular e exposição à venda de alimentos impróprios ao consumo humano. Investigado: Mercado E Açougue Markmann. Local do Fato: Tabaí/RS.

IC 00914.00065/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Torres por Márcio Roberto Silva de Carvalho - 2º Promotor De Justiça da Promotoria de Justiça de Torres com a finalidade de investigar o funcionamento de estabelecimento comercial sem a devida licença ambiental e com irregularidades sanitárias

Local: Rua Amorita, n.º 1335, Bairro Guarita, Torres/RS.

Investigados: Osmar Prusch Sparremberger e Osmar Prusch Sparremberger - Me (Mercado Estrela do Mar)

IC 00914.00062/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Torres por Márcio Roberto Silva de Carvalho - 2º Promotor De Justiça da Promotoria de Justiça De Torres com a finalidade de investigar o funcionamento de estabelecimento comercial sem a devida licença ambiental, APPCI e com irregularidades sanitárias.

Local: Av. Barão do Rio Branco, n.º 75, Centro, município de Torres/RS.

Investigados: Marcisane Cardoso Scheffer e Restaurante Cantina da Mana.

IC 00918.00006/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Triunfo por Daniela Tavares Da Silva Tobaldini - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Triunfo com a finalidade de Apurar a ocorrência de dano ambiental e de dano ao consumidor em razão dos fatos reportados no processo nº 48610.013461/2012-32 da ANP Investigado: Cleusa Maria De Quadros Dos Reis. Local do Fato: Triunfo.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 29 de Março de 2016.

CAROLINE VAZ,

Coordenadora do Cao de Defesa do Consumidor.

De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

O COORDENADOR DO CAO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00711.00006/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Alegrete por Júlia Flores Schutt - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Alegrete com a finalidade de Apurar possível utilização de produtos químicos sem licença do Órgão Ambiental competente Investigado: Associação Dos Arrozeiros De Alegrete - Federarroz. Local do Fato: Alegrete.

IC 00755.00028/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Cruz Alta por Caroline Mottecy De Oliveira - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Cruz Alta com a finalidade de Apurar possível ocorrência de dano ambiental na localidade de Novo Horizonte, interior do Município de Cruz Alta/RS, consistente na abertura de canais de drenagem em área de preservação permanente, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes, conforme vistoria realizada pela Patram em 06/08/2015.

Investigado: Alceo Bandeira. Local do Fato: Cruz Alta.

IC 00755.00029/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Cruz Alta por Caroline Mottecy De Oliveira - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Cruz Alta com a finalidade de Apurar possível ocorrência de dano ambiental na localidade de Colônias Novas, interior do Município de Pejuçara/RS, consistente na destruição de árvores de espécies nativas dentro e fora de área de preservação permanente, conforme vistoria realizada pela Patram em 10/06/2015.

Investigado: Sérgio Gianluppi. Local do Fato: Pejuçara.

IC 00771.00020/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Farroupilha por Ronaldo Lara Resende - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Farroupilha com a finalidade de OBJETO: EXERCICIO DE ATIVIDADE POTENCIALMENTE POLUIDORA SEM LO (METALÚRGICA E FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS)

INVESTIGADO: CÉZAR AUGUSTO FALKONWSKI



Diário eletrônico do Ministério Público Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 30 de março de 2016.

www.mprs.mp.br

Edição nº 1871

LOCAL: BAIRRO DO PARQUE, FARROUPILHA. Investigado: César Augusto Falkowski. Local do Fato: Farroupilha.

IC 00775.00024/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Frederico Westphalen por Rogério Fava Santos - Designação Excepcional - Rogério Fava Santos com a finalidade de OBJETO: dano ambiental - poluição sonora.

PARTE: Bar e Choperia Irmandade.

LOCAL: Rua Tenente Portela, 565, Frederico Westphalen, RS Investigado não informado. Local do Fato: Frederico Westphalen.

PI 00788.00017/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Guaporé por Laerte Kramer Pacheco - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Guaporé com a finalidade de Adoção de medidas preventivas para evitar a contaminação da água pluvial e subterrânea em virtude de atividade de elevado impacto ambiental (aterro e lixo), exercida pela empresa Planeta, em Serafina Corrêa, bem como para minimizar os efeitos da poluição do ar decorrente do cheiro forte e insuportável afetando o bem-estar dos moradores residentes nas proximidades do local. Investigado: Planeta Comércio E Reciclagem De Resíduos E Sucatas Ltda. Local do Fato: Serafina Corrêa.

IC 00890.00009/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De São Leopoldo por Ricardo Schinestock Rodrigues - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De São Leopoldo com a finalidade de Investigar possíveis danos ambientais em área de terra situada na Estrada do Socorro, nº 3400, Arroio da Manteiga, nesta cidade Investigado: Derli Ecker. Local do Fato: São Leopoldo.

IC 00904.00009/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Sarandi por Denilson Belegante - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Sarandi com a finalidade de Investigar dano ambiental pela supressão de vegetação nativa em desacordo com o alvará de licenciamento ambiental, totalizando 1,0 há, no Distrito de Barreirinho, em Sarandi/RS Investigado: Orlei Mariano Mocelin. Local do Fato: Sarandi.

IC 00911.00012/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Taquara por Leonardo Giardin De Souza - 4º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Taquara com a finalidade de OBJETO: CRIAÇÃO IRRREGULAR DE SUÍNOS EM ÁREA URBANA E ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE INVESTIGADO: ELISEU RIBEIRO DA SILVA, RG 5059479732, residente na Rua Lima, nº 255, Bairro Empresa, Taquara/RS

LOCAL: Rua Lima, nº 255, Bairro Empresa, Taquara/RS

. Investigado: Eliseu Ribeiro Da Silva. Local do Fato: Taquara.

IC 00911.00011/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Taquara por Leonardo Giardin De Souza - 4º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Taquara com a finalidade de OBJETO: POSSÍVEL DANO AMBIENTAL DECORRENTE DE INTERVENÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, SEM LICENÇA AMBIENTAL

INVESTIGADOS: MARCONI RODRIGUES DE MATTOS, RG 9059493545, Residente na Rua Arlindo Arsend, nº 40, Bairro Figueira, Município de Igrejinha/Rs;

VILMAR MACHADO RAMOS, E LUIZ CARLOS KLAZER

LOCAL: RS 239, Km 38, Localidade de Padre Tomé, Taquara/

RS. Investigado: Alcindo Antonio Rodrigues Dos Santos. Local do Fato: Taquara.

IC 00911.00010/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Taquara por Leonardo Giardin De Souza - 4º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Taquara com a finalidade de Objeto: Possível dano ambiental pelo corte irregular de vegetação nativa em área de preservação permanente. Investigado: Giovani José Carazo(RG 7029990426, residente na Rua Maurício Sirotsky sobrinho, n.º 960, Sítio São José, Viamão/RS).

Local: Linha 7, no Município de Riozinho/RS Investigado: Giovani José Carazo. Local do Fato: Riozinho.

IC 00914.00065/2016 instaurado na Promotoria de Justiça de Torres por Márcio Roberto Silva de Carvalho - 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Torres com a finalidade de investigar o funcionamento de estabelecimento comercial sem a devida licença ambiental e com irregularidades sanitárias

Local: Rua Amorita, n.º 1335, Bairro Guarita, Torres/RS.

Investigados: Osmar Prusch Sparremberger e Osmar Prusch Sparremberger - Me (Mercado Estrela do Mar)

IC 00914.00062/2016 instaurado na Promotoria de Justiça de Torres por Márcio Roberto Silva de Carvalho - 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Torres com a finalidade de investigar o funcionamento de estabelecimento comercial sem a devida licença ambiental, APPCI e com irregularidades sanitárias.

Local: Av. Barão do Rio Branco, n.º 75, Centro, município de Torres/RS.

Investigados: Marcisane Cardoso Scheffer e Restaurante Cantina da Mana.

IC 00915.00071/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Tramandaí por Antonio Metzger Képes - 4º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Tramandaí com a finalidade de Investigar o abandono e falta de limpeza de terreno localizado na esquina da Rua Rui Barbosa com Rua Triunfo (Lote 001, Quadra C20), Magistério, em Balneário Pinhal Investigado: Valdomiro Figueira Da Silva. Local do Fato: Balneário Pinhal.

ADITAMENTO A PORTARIA do IC 00915.00069/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Tramandaí por Antonio Metzger Képes - 4º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Tramandaí com a finalidade de Investigar a falta de infraestrutura no Loteamento Portal do Éden, em Tramandaí Investigado: Município De Tramandaí. Local do Fato: Tramandaí.

IC 00919.00001/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Tucunduva por Ronaldo Adriano De Almeida Arbo - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Tucunduva com a finalidade de Apurar a prática, em tese, de dano ambiental, consistente no vazamento in natura de dejetos relativos à suinocultura no solo, em desacordo com a licença ambiental Investigado: Arnaldo Fehlauer. Local do Fato: Tucunduva.

IC 00919.00002/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Tucunduva por Ronaldo Adriano De Almeida Arbo - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Tucunduva com a finalidade de Apurar a suposta prática de dano ambiental por



Diário eletrônico do

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 30 de março de 2016.

www.mprs.mp.br

Edição nº 1871

Vanderlei José Busanello Soares na Localidade de Lajeado Corredeira, situada no Município de Novo Machado Investigado: Vanderlei José Busanello Soares. Local do Fato: Tucunduva.

PI 00930.00027/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Viamão por Anelise Grehs Stifelman - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Viamão com a finalidade de OBJETO: "Investigar danos ambientais decorrentes da instalação de empreendimento em suposta Área de Preservação Permanente localizada na Rua Salinópolis, nº81, Bairro Índio Jari, em Viamão/RS", e como INVESTIGADA: GRIMON SANEAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA Investigado: Grimon Sanemaneto E Construções. Local do Fato: Viamão.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 29 de Março de 2016.

DANIEL MARTINI,

Coordenador do Cao de Defesa do Meio Ambiente.

De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

O COORDENADOR DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00723.00012/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Bento Gonçalves por Alécio Silveira Nogueira - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Bento Gonçalves com a finalidade de apurar a notícia de insuficiência de leitos pela Rede de Saúde Pública (SUS) em Bento Gonçalves.

Investigados:Município de Bento Gonçalves e Estado do Rio Grande do Sul.

Local do Fato: Bento Gonçalves, RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 29 de Março de 2016.

MAURO LUÍS SILVA DE SOUZA,

Coordenador do Cao dos Direitos Humanos.

De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.